



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro
GABINETE PARLAMENTAR

Exmo. Sr.
Vereador Valdecir Rubbo
Presidente da Câmara Municipal
NESTA CASA

CÂMARA MUNICIPAL
DE BENTO GONÇALVES
PROTOCOLO Nº 176
DE 21 / 12 / 2015
AS 14:40 HORAS
IX

AUTOR: VEREADOR MOACIR CAMERINI

REQUERIMENTO:

Requer, através do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, denominada “CPI DA VIGILÂNCIA”, para apuração das denúncias feitas pelo farmacêutico da Vigilância Ambiental de Bento Gonçalves relativas à licitação e ao contrato de terceirização firmado com a Fundação Araucária, interferência do Prefeito Guilherme Pasin nas atividades da Vigilância Ambiental, utilização de veículo de transporte de esgoto para transporte de água para consumo humano e para utilização no Pronto Atendimento 24 horas e vazamento de fluidos no Cemitério Municipal.

Justificativa:

Por meio deste, venho requerer a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, denominada “CPI DA VIGILÂNCIA”, para apuração das denúncias feitas pelo farmacêutico da Vigilância Ambiental de Bento Gonçalves relativas à licitação e ao contrato de terceirização firmado com a Fundação Araucária, interferência do Prefeito Guilherme Pasin nas atividades da Vigilância Ambiental, utilização de veículo de transporte de esgoto para transporte de água para consumo humano e para utilização no Pronto Atendimento 24 horas e vazamento de fluidos no Cemitério Municipal, conforme documentação anexa.

No dia 16 de dezembro de 2015, este Vereador recebeu e-mail, encaminhado também à imprensa local, do farmacêutico da Vigilância Ambiental, Artêmio Riboldi Júnior, relatando algumas irregularidades nos contratos da Prefeitura, interferência do Prefeito Guilherme Pasin nas ações da Vigilância Ambiental, e a utilização de veículo de transporte de esgoto para transporte de água para consumo humano e utilização no Pronto Atendimento 24 horas.

Além disso, o denunciante descreve a existência de um vazamento no Cemitério Municipal, sendo que o prédio foi feito por uma empresa particular, e haveria um esquema por trás dessa situação. Mesmo após solicitar documentação e acesso ao licenciamento ambiental deste prédio, nenhuma informação lhe foi repassada até então, o que é costumeiro na gestão municipal atual.

Conforme se verifica na denúncia, bem fundamentada, inclusive, o denunciante está sofrendo perseguições por parte do Poder Executivo, após encaminhar documentação ao Ministério Público para apuração de irregularidades nos contratos firmados entre a Prefeitura e a Fundação Araucária, para prestação de serviços de saúde.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro
GABINETE PARLAMENTAR

O denunciante afirma ter gravações para comprovarem todo alegado.

Portanto, é importante a instauração da presente CPI, para que se esclareça as questões levantadas pelo denunciante.

Na certeza de que nosso pedido merecerá o seu pronto atendimento, desde já agradecemos.

Sala de Sessões, 17 de Dezembro de 2015.

MOACIR CAMERINI
Vereador Líder da Bancada do PT